

## “TODOS SÃO CAPAZES DE CONTRAIR E TRANSMITIR O VÍRUS”: DISCURSO E CORPO NA PANDEMIA

**Bruno Deusdará**

Doutor em Psicologia Social  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
Rio de Janeiro  
Brasil

**RESUMO:** O objetivo do artigo é investigar a constituição de sentidos sobre o corpo, no contexto da crise sanitária, econômica e social, ocorrida em 2020. O ponto de partida para o debate em torno dos modos de governar contemporâneos encontra-se ressaltado na importância de conceitos como o de biopolítica (FOUCAULT, 2008, 1988) e de necropolítica (MBEMBE, 2018). Como resultado, observa-se a produção de sentidos em textos midiáticos que se interessa mais pela divulgação das ações promovidas pelos atores institucionais. Com efeito, a ênfase atribuída ao espaço institucional constrói sentidos de ampliação da vulnerabilidade e de predomínio da dimensão econômica em detrimento do debate acerca das estratégias de prevenção à doença e de promoção da saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Discurso. Corpo. Pandemia.

**ABSTRACT:** This article aims to investigate the constitution of meanings about the body, in the context of the sanitary, economic and social crisis that occurred in 2020. The starting point for the debate around contemporary ways of governing is highlighted in the importance of concepts such as biopolitics (FOUCAULT, 2008, 1988) and necropolitics (MBEMBE, 2018). As a result, there is a production of meanings in media texts that are more interested in the dissemination of actions promoted by institutional actors. In fact, the emphasis given to the institutional space builds meanings of increasing vulnerability and the predominance of the economic dimension to the detriment of the debate about strategies for disease prevention and health promotion.

**KEYWORDS:** Discours. Body. Pandemic.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Qual é o lugar a partir do qual o linguista pode interrogar um fenômeno de proporções ampliadas como esta crise sanitária provocada pelo COVID-19? De que conceitos dispomos que nos autorizem a propor análises dos fenômenos em curso e de seus desdobramentos em diversas esferas da vida social? Que tipo de concepção de linguagem se encontra implicada em uma atuação do linguista mais ativamente interessada em fenômenos sociais como uma crise sanitária com repercussões econômicas, políticas, culturais?

Considero essas questões, entre outras, pontos de partida em torno dos quais temos a possibilidade de ampliar o escopo de fenômenos a serem investigados pelos profissionais da linguagem. Dito de outro modo, os linguistas passariam então não apenas a se interessar por fenômenos linguísticos que se realizam nas interações sociais, na medida em que não se trataria apenas de conferir maior ênfase a um ou outro polo da dicotomia sistema/uso. Entre outras razões, destaco que “[...] não parece ser possível proceder a tal revisão apenas optando por uma das dimensões implicadas na dicotomia sistema/uso, que não passe por um rearranjo radical da própria lógica disciplinar que contribuiu para o seu estabelecimento” (DEUSDARÁ, 2013, p. 213).

Como se pode ver, esse tipo de questão tem dimensão epistemológica potente, especialmente por contribuir com a criação de um espaço de reflexão que assuma o coengendramento do objeto e do sujeito da investigação como um processo central na produção de saberes. Um gesto epistemológico que nos conduz em direção ao projeto arqueológico de “[...] libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade” (FOUCAULT, 2004, p. 24). Em reflexão a respeito de uma arqueologia filosófica, G. Agamben fornece pistas que parecem indicar tensionamentos relevantes acerca desse coengendramento entre sujeito e objeto, no campo das ciências humanas: “Ele [o ponto de insurgência] nunca é o surgir do fato sem ser também o surgir do próprio sujeito cognoscente: a operação sobre a origem é, ao mesmo tempo, uma operação sobre o sujeito” (AGAMBEN, 2019, p. 128).

Em direção ao contexto de emergência sanitária em curso, questões como as formuladas acima não apenas me parecem atuais, mas também devem ser apresentadas, se desejamos inscrever a atuação do profissional da linguagem no debate contemporâneo. Com efeito, as primeiras informações em torno do novo coronavírus davam conta de se tratar de um vírus de potencial de contágio. Em 30 de janeiro, Organização Mundial da Saúde (OMS) considerou o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi declarada como uma pandemia pela OMS.

À primeira vista, profissionais que não estejam diretamente envolvidos nas práticas de promoção à saúde teriam muito pouco a dizer sobre os efeitos mais agudos da crise atual. Não há dúvida quanto à importância da atuação dos trabalhadores da área da saúde e da existência de um Sistema Único de Saúde. No entanto, os desafios que se explicitaram com a emergência

da maior crise sanitária dos últimos cem anos, comparável apenas ao evento da gripe espanhola, ocorrida entre os anos de 1918 e 1920, ampliam as fronteiras do debate, da inscrição dos saberes implicados e da complexidade das relações de poder.

Com a mesma rapidez com que se configuraram as orientações fundamentais de isolamento social e de intensificação das práticas de higiene diária como formas possíveis de prevenção, foram apresentadas as limitações de atendimento dessas orientações que pareciam óbvias. Entre as indicações fornecidas, as restrições do acesso a água potável e a sistemas de esgoto a grande parte dos segmentos mais vulneráveis me parecem as mais expressivas e insistentes. Atentando para a diversidade de signos que emergem e circulam nesse contexto de crise sanitária, cabe à investigação científica acolher a complexidade que se monta diante de nós e afastar profecias excessivamente otimistas quanto às pretensas impossibilidades de permanência dos individualismos, das concorrências e das diferentes formas de atualização dos modos de subjetivação neoliberais.

Em uma publicação intitulada *Sopa de Wuhan*, que circulou em formato digital, pelas redes sociais, pensadores contemporâneos destacados elaboram questões logo nos primeiros lances da difusão do vírus em escala planetária. Das várias potências que se inscrevem em sua circulação, uma delas reside em permitir perscrutar as indecisões, as desconfianças, a movência do pensamento se fazendo. Entre as intervenções presentes no referido material, destaco a seguinte questão, formulada por G. Agamben:

[...] ¿por qué los medios de comunicación y las autoridades se esfuerzan por difundir un clima de pánico, provocando un verdadero estado de excepción, con graves limitaciones de los movimientos y una suspensión del funcionamiento normal de las condiciones de vida y de trabajo en regiones enteras? (AGAMBEN, 2020a, p. 18)

A meu ver, a pergunta pressupõe lidar com sentidos e com o jogo de forças no qual fomos lançados, sem que se possa aderir muito facilmente a uma posição e sem que tal adesão deixe de sustentar um campo problemático em que a estratégia de isolamento, por exemplo, possa ser considerada simultaneamente como uma defesa pela vida e um modo de exercício do poder em larga adesão aos regimes de exceção. Isolar-se dos demais, proteger-se dos perigos, defender-se dos ataques são todos imperativos que se assentam muito bem na lógica do hiperindividualismo contemporâneo.

Em outro artigo, na mesma publicação, o autor destaca: “Aún más tristes que las limitaciones de las libertades implícitas en las disposiciones es, en mi opinión, la degeneración de las relaciones entre los hombres que ellas pueden producir” (AGAMBEN, 2020b, p. 33). O interesse nessa segunda questão aponta menos para o fato do que o destaque conferido a uma das dimensões daquilo que se tem realizado como estratégia de proteção ao contágio pelo vírus e mais aos desdobramentos possíveis a partir dos eventos que se impõem diante de nós como inescapáveis.

Aderir ao isolamento social, ao mesmo tempo, fazer ver nele os modos de vida que se montam significa ressaltar a produção constante de luta pela vida que é preciso fazer acontecer e não apenas observar a imposição de uma certa contenção ao deslocamento. Contenção essa que a todo momento é apontada também como um privilégio – produzindo uma repartição entre os que “podem” exercê-lo e aqueles aos quais a luta pela sobrevivência econômica se impõe a lançar-se no espaço da cidade. Em certo sentido, o que se oferece como alternativa é uma rede de serviços *delivery*, evidenciando a face do modo de funcionamento capitalista, em que as crises – mesmo as que intentam colocar em xeque os valores produtores dos autocentramentos, das concorrências vorazes, dos esvaziamentos das formas coletivas e solidárias – se tornam igualmente pretextos para a ampliação das margens de lucros e intensificação das franjas de precarização e vulnerabilidade. Nelas, às estratégias de isolamento, como direito à vida, oferecem-se rapidamente serviços *delivery*, fazendo emergir uma figuração contemporânea anunciada por Foucault, em *Nascimento da biopolítica*: “O homem do consumo não é um dos termos da troca. O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor. Produz o quê? Pois bem, produz simplesmente sua própria satisfação” (FOUCAULT, 2008, p. 311).

Um evento será submetido à análise, a saber, a aprovação de lei que obriga o uso de proteção individual, no contexto da pandemia. Além do fato de tal lei se dirigir a um tipo de comportamento, certo uso do corpo, tal lei recebeu vetos em vários de seus dispositivos em sua sanção. Esses vetos suscitaram um debate midiático que interessa colocar em análise, discutindo que sentidos sobre corpo e vida ganham consistência nesse material, a partir da perspectiva discursiva que temos praticado.

## “MANTER BOCA E NARIZ COBERTOS”: PENSAR O CORPO NA ATUALIDADE PANDEMICA

O desafio de interrogar os sentidos e as políticas do corpo, assumido neste artigo, nos lança em uma atividade de diálogo com referências filosóficas que possibilitam percorrer linhas de composição dos modos contemporâneos de relação corpo e discurso, considerando especialmente o contexto da pandemia. Proponho a vinculação desta reflexão com as circunstâncias e as forças que a constituem por meio do impasse formulado por Agamben:

Nuestro prójimo ha sido abolido. Es posible, dada la inconsistencia ética de nuestros gobernantes, que estas disposiciones se dicten en quienes las han tomado por el mismo temor que pretenden provocar, pero es difícil no pensar que la situación que crean es exactamente la que los que nos gobiernan han tratado de realizar repetidamente: que las universidades y las escuelas se cierren de una vez por todas y que las lecciones sólo se den en línea, que dejemos de reunirnos y hablar por razones políticas o culturales y sólo intercambiamos mensajes digitales, que en la medida de lo posible las máquinas sustituyan todo contacto —todo contagio— entre los seres humanos (AGAMBEN, 2020b, p. 33)

Habitamos assim o paradoxo na estratégia de isolamento social como ruptura abrupta de qualquer contato e, ao mesmo tempo, como cuidado mútuo. Um modo de atualização do cuidado coletivo se exerce restringindo a própria circulação, evitando que o vírus disponha de um número maior de hospedeiros e possibilitando a redução da curva de contágio. Mesmo que tenha sido contaminado e desenvolvido anticorpos, as incertezas a respeito da imunização e de sua duração me fazem usar ainda equipamentos de proteção individual. Por outro lado, tais cuidados exigem o fechamento imediato dos espaços de convívio comunitário, cujo contato favorece a reflexão e a crítica. Talvez seja mesmo preciso interrogar esse hábito que se adquire, buscando abrir os consensos e substituindo o dizer o óbvio por um estado de incômodo. Percorrer as linhas de força que o compõem, tensionar os sentidos que atravessam sua constituição são desafios que nos convocam a uma ação cotidiana.

Uma visão mais recorrente poderia supor no par discurso/corpo certa dicotomia. O discurso se apropria do corpo. Em tal perspectiva, o corpo permanece na exterioridade do discurso. O discurso permanece na ordem do simbólico. Somente seria possível apreender a materialidade corporal por meio das representações em circulação no simbólico. O risco implicado em tal modo de conduzir o problema estabelecido residiria em fazer supor uma distinção excessiva entre uma dimensão empírica e outra simbólica, em cujos limites se

circunscreveria a linguagem. Em oposição a essa circunscrição da linguagem ao simbólico, o corpo passaria, por seu turno, ao campo da empiria, concebida como a instância das entidades tomadas por si mesmas, em seus limites visíveis.

É possível acessar um intenso debate a esse respeito na história da filosofia, que teria como uma de suas consequências o privilégio da discussão acerca das formas distintas de aceder ao simbólico. Villaça (2016) aponta que a emancipação cultural do corpo é um fenômeno recente diante da longa história ocidental de preconceitos morais, estéticos, ideológicos e filosóficos, que encontram ressonância na condenação judaico-cristã da carne, na continuidade do idealismo plantônico de rejeição da sensibilidade em favor das coisas do espírito. O acesso ao corpo, na doxa Ocidental, se dá por meio de dicotomias privado/público, indivíduo/sociedade, matéria/alma.

Por sua vez, Courtine (2013) ressalta que o corpo, antes do século XX, exercia papel secundário na reflexão filosófica. Foucault, de acordo com ele, tem papel destacado nesse deslocamento. Traçando considerações que vão de S. Freud a M. Merleau-Ponty, Courtine (2013) destaca o movimento filosófico que conduz ao que ele considera uma religação do corpo à subjetivação e às formas sociais. O percurso proposto por Courtine é bastante interessante, entre outros aspectos, por fornecer indicações que mobilizem um gesto de ultrapassagem, já que as referências apresentadas pelo autor teriam, cada uma a seu modo, formulado uma restituição do corpo aos modos de vida social e dos processos de constituição do sujeito. Almeida e Furlan (2003, p.174) ressaltam que, para Foucault, “[...] o corpo é o campo (porque as forças atravessam e constituem a realidade corpórea, não há força sem corpo) de forças múltiplas, convergentes e contraditórias, e o próprio lugar da sedimentação de seus combates”.

Considerando que as reflexões foucaultianas comporiam trajetórias em momentos variados de sua obra, interesse-me especialmente pelo modo como o autor conduz o deslocamento em torno da noção de poder. Um dado fundamental acerca da compreensão do autor reside em postular que o poder circular, se exerce, inclinando-se mais ao paradigma das forças em jogo em dada situação do que a ideia de que pudesse ser pensado como um pertencimento:

O poder, acho eu, deve ser analisado como uma coisa que circula, ou melhor, como uma coisa que só funciona em cadeia. Jamais ele está localizado aqui ou ali, jamais está entre as mãos de alguns, jamais é apossado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona. (FOUCAULT, 2005, p. 35)

Ao final do curso intitulado *Em defesa da sociedade*, Foucault se refere à emergência, no século XIX, de uma biopolítica. De acordo com o autor, esse modo de governo se atualiza “[...] mediante mecanismos globais, de agir de tal maneira que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade; em resumo, de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não uma disciplina, mas uma regulamentação” (FOUCAULT, 2005, p. 294).

Em *História da Sexualidade I*, Foucault discute o modo por meio do qual se desenvolveu, desde o século XVII, um poder sobre a vida em duas modalidades distintas, interligadas. A de uma anátomo-política do corpo, centrada “[...] no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos” (FOUCAULT, 1988, p. 131). A de uma biopolítica da população, centrada nos seguintes fenômenos: “[...] a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar”. Observando-os como alvo do poder, o autor ressalta que “[...] tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Para Foucault, se a soberania organizava seu modo de governar a partir da lógica de “fazer morrer, deixar viver”, a biopolítica a inverte, lançando-se sobre a vida como alvo de suas ações:

[...] agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no "como" da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico. (FOUCAULT, 2005, p. 295-296)

Leitor de Foucault, Achille Mbembe (2018) propõe deslocar para o fenômeno da colonização o modo privilegiado de observação da constituição das relações de poder na contemporaneidade: “[...] as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (MBEMBE, 2018, p. 35). Para ele, “[...]”

a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 41).

Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O ‘estado de sítio’ em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. As vilas e as cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de suas fontes de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis. (MBEMBE, 2018, p. 49)

Como se pode observar no longo trecho acima, a noção de biopolítica não daria conta sozinha da compreensão das relações de poder, se for assumido o sistema colonial como forma de instituição dos modos de governar, centrados não no poder sobre a vida, mas no terror e na constituição de um direito de matar. O lugar destacado conferido ao sistema colonial na compreensão dos modos de governar precisa ressaltar, segundo o autor, a condição do escravo. Para ele, “[...] a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre o corpo e perda de estatuto político” (MBEMBE, 2018, p. 27).

Ao mesmo tempo, essa tripla perda não extingue um investimento constante, realizado pelo próprio escravo, sobre seu corpo:

Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele ou ela nada mais é do que um fragmento, o escravo é capaz de demonstrar as capacidades polimorfas das relações humanas por meio da música e do próprio corpo, que supostamente pertencia a um outro. (MBEMBE, 2018, p. 30)

Com base nessa indicação de Mbembe acerca da importância dos usos do corpo como um trabalho sobre si, no contexto dos modos de governar sobre a vida, proponho uma articulação com uma conferência radiofônica, proferida por Foucault em 1966, intitulada *O corpo utópico*. Nela, o autor lança questões, constituindo um percurso produtivo e potente na problematização de dois conceitos relevantes para o debate sustentado aqui: corpo e utopia. Foucault inicia seu ensaio propondo o seguinte desafio: “Meu corpo é o contrário de uma utopia, é o que jamais se encontra sob outro céu, lugar absoluto, pequeno fragmento de espaço com o



qual, no sentido estrito, faço corpo” (FOUCAULT, 2013, p. 7). Observe-se que o corpo é “pequeno fragmento de espaço”. O fragmento com o qual “faço corpo”.

Na sequência, o autor registra uma ambiguidade nessa relação, já que a utopia “é um lugar fora de todos os lugares”, “[...] um lugar onde eu teria um corpo *sem corpo*, um corpo que seria belo, límpido, transparente, luminoso, veloz, colossal na sua potência, infinito na sua duração, solto, invisível, protegido, sempre transfigurado” (FOUCAULT, 2013, p. 8). Se há uma “utopia do corpo incorporal”, há também utopias que se configuram por um apagamento do corpo, que é “[...] o país dos mortos, são as grandes cidades utópicas que nos foram deixadas pela civilização egípcia. Afinal, o que são as múmias? Elas são a utopia do corpo negado e transfigurado” (FOUCAULT, 2013, p. 8).

Com efeito, as utopias investiram sobre o corpo, que é, segundo o autor, o ator principal de todas elas. “Afinal, uma das mais velhas utopias que os homens contaram para si mesmos não é o sonho de corpos imensos, desmesurados, que devorariam o espaço e dominariam o mundo?” (FOUCAULT, 2013, p. 12).

O espaço por meio do qual se articula com o um universo que não o próprio. Essa discussão vai construindo um certo espaço de tensionamento. Pela negação inicial da vinculação do corpo à utopia, o autor vai propondo percorrer as utopias do corpo, as imagens e sentidos constituídos em torno das utopias do corpo. É todo um investimento sobre o corpo que vai sendo percorrido.

Um trecho final do texto poeticamente constituído merece destaque:

[...] fazer amor é sentir o corpo refluir sobre si, é existir, enfim, fora de toda utopia, com toda densidade, entre as mãos do outro. Sob os dedos do outro que nos percorrem, todas as partes invisíveis de nosso corpo põem-se a existir, contra os lábios do outro os nossos se tornam sensíveis, diante de *seus* olhos semicerrados, nosso rosto adquire uma certeza, existe um olhar, enfim, para ver nossas pálpebras fechadas. (FOUCAULT, 2013, p. 16)

Faço destaque não apenas pela tematização do amor – tão necessária em tempos de ódio avassalador – mas especialmente por descrever uma circunstância na qual o corpo se define pela experiência alteritária, é por meio do contato com o outro que configuro a sensibilidade sobre mim mesmo. “[...] no amor o corpo está *aqui*” são as últimas palavras do texto, com o dêitico “aqui” expressando, a meu ver, a dimensão de atualidade do corpo, uma presentificação radical da experiência.

## **“POSSÍVEL VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO POR ABARCAR CONCEITO ABRANGENTE DE LOCAIS NÃO ABERTOS AO PÚBLICO”**

Neste item, apresento noções que permitam explicitar a perspectiva discursiva que tenho praticado, conferindo especial destaque para elementos que possibilitem articulação com as perguntas formuladas no início deste texto. Assim, não se trataria apenas de apresentar o quadro teórico e propor um encaminhamento de análise dos materiais selecionados. No encaminhamento desejado aqui, opto por buscar delimitar o campo problemático a partir do qual é possível interrogar o quadro teórico da análise do discurso por que tenho me interessado.

Duas premissas orientam a perspectiva discursiva adotada. A primeira delas retoma o pensamento bakhtiniano e considera que todo enunciado produz sentido remetendo a outros enunciados, tanto aqueles que ele recupera, quanto os que antecipa. A segunda premissa sustenta um coengendramento entre linguagem e mundo, ancorando-se na noção de prática discursiva, tal como proposta por D. Maingueneau. De acordo com o autor, a prática discursiva remete a um funcionamento em articulação da produção de textos e de comunidades de sustentação desses textos (MAINGUENEAU, 1997). Tal formulação permite afirmar uma função produtora de real da linguagem. Para Rocha (2014, p.623), essa definição de prática discursiva ressalta que “[...] a palavra desempenha um papel de regulação/construção do vasto leque de relações que se estabelecem entre os homens: relações de dominação, de enfrentamento, de definição de identidades, de produção de diferentes modos de subjetivação”.

A partir dessa orientação, que ressalta a dinâmica de coprodução entre texto e comunidade, destaca-se a compreensão de que o discurso investe em uma corporalidade e não apenas a envolve. Tal versão da relação discurso/corpo nos inquieta e interessa por vários motivos, entre eles, pela possibilidade de interrogar a redução do corpo aos limites do individual. Antes de ser um “dado de realidade”, a atribuição de uma individualidade à corporalidade se constitui, na reflexão foucaultiana, em uma experiência recente:

O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se se pode reparti-las de modo ótimo. (FOUCAULT, 1988, p. 133)

Tais questões interpelam nossas ferramentas teóricas e possibilitam afirmar uma atuação distinta daquela tradicionalmente atribuída aos profissionais da linguagem, de quem se espera um manuseio das estruturas linguísticas e seus significados. Se o mundo se produz também por meio da linguagem, parece não ser mais possível entender o sujeito como restrito a uma pretensa interioridade individual depositária das experiências de base. Avançar na compreensão da subjetividade como processo social depende “[...] não só das relações familiares, dos acontecimentos da infância ou dos componentes biológicos, mas também das relações com a cidade, com a política, com os meios de comunicação, com as novas tecnologias etc” (PASSOS, 2008, p. 213).

Acolhido o paradigma da processualidade dos processos de subjetivação, em detrimento do modelo do sujeito interioridade, um desdobramento necessário ao campo dos estudos da linguagem reside em considerar que “[...] a subjetividade só pode ser interrogada a partir de vértices distintos e complexos entre texto, imagem, práticas corporais, discursos de cuidado e materialização” (VOLKART; BUTTURI JUNIOR, 2020, p. 339).

Na perspectiva enunciativa reivindicada pela abordagem discursiva que temos praticado, temos pistas produtivas que permitem investir numa problematização do corpo, justamente por possibilitarem, a meu ver, a constituição de uma vinculação simultânea entre a linguagem e o mundo. Desse modo, destaco que “[...] a condição da linguagem reside em instaurar a situação que a torna possível, configurando posicionamentos que a legitimam” (DEUSDARÁ, 2013, p. 215). Essa dimensão de atualidade assume, nessa orientação, a ideia de que o sujeito “[...] não é a forma visível que se impõe diante de mim, mas um efeito que não está nem dado de antemão, nem garantido por suas condições de visibilidade, mas sempre submetido às circunstâncias concretas nas quais emerge” (DEUSDARÁ, 2019, p. 239).

Percorrer a dimensão de atualidade da linguagem nos lança na tarefa de interrogar as tensões construídas entre posicionamentos que ganham materialidade verbal. Entre outras questões, é preciso não ceder ao paradigma conteudista, afeito à crença de que os significados estariam escondidos sob o “véu” da textualidade. Nesse paradigma, o sujeito estaria plenamente consciente dos significados unívocos que desejaria fazer passar por meio de um texto e ao analista restaria a tarefa de desvendá-los. Esse é, sem dúvida, um empobrecimento da atividade de análise, cuja potência reside em tensionar as forças em jogo, explicitando não formas constituídas, mas forças em embate, sentido em produção pelo próprio debate em composição. Trata-se de buscar acessar uma “dimensão política” dos textos, entendida como um “[...]”

sistema de alianças construído entre diferentes vozes apreensíveis em um texto, sendo tal sistema responsável por conferir a essas vozes maior ou menor grau de aderência ao plano instituído” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2017, p. 109).

## **“BOLSONARO VETA”/ “BOLSONARO SANCIONA”/ “LEI QUE VETA”: IMPLÍCITOS NA CONFIGURAÇÃO DO (NÃO) DEBATE SOBRE O CORPO NA PANDEMIA**

Para nossas análises, optamos por interrogar um evento social recente, por meio do qual nos parece ser possível explicitar tensões e indicar silenciamentos a respeito dos modos de dizer (sobre) o corpo. Trata-se da aprovação da lei que obriga os indivíduos a usarem máscara de proteção pessoal. Não fossem as circunstâncias impostas pela pandemia do COVID-19, as críticas a qualquer lei que se dispusesse a regulamentar a utilização de determinado objeto seriam inevitáveis e contundentes. As circunstâncias teriam relativizado o sentido de liberdade reivindicado? De que modo esse sentido de liberdade

Com efeito, o referido evento nos interessa não apenas pelo modo como a discussão instaurada por ele permite acessar sentidos do corpo em questão. A repercussão midiática conferida ao referido evento se deve, entre outros aspectos, ao fato de ter havido um conjunto de vetos presidenciais por ocasião da sanção da legislação aprovada. Ela permite “[...] qualificar a dinâmica de acesso às forças em constante relação na produção social; conferir ao linguístico um plano de atualização nessa produção social” (ROCHA; DEUSDARÁ, 2017, p. 109)

Com efeito, o interesse pelo evento em questão já demonstra certo investimento de pesquisa em direção ao campo social. Tal investimento se articula a partir de diferentes aspectos: o interesse por interpelar a conjuntura atual nas tensões que se permitem entrever no encontro entre a crise sanitária e suas repercussões na política, na economia, na cultura, nos afetos.

Nas análises propostas aqui, elejo como campo produtor de pistas para análise um conjunto composto por três textos disponíveis nas páginas eletrônicas do Palácio do Planalto, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Esses três textos foram obtidos por meio de busca eletrônica do Google. Após dar entrada em “veto uso de máscaras”, esse conjunto de textos apareceu na primeira página. Além disso, esse material permite compreender de que

modo esse perfil de textos possibilita interrogar os contornos do discurso oficial a respeito do tema.

Como se poderá ver, os títulos de cada uma das matérias já permite antever um primeiro nível de constituição do debate:

Texto I: “Bolsonaro veta uso obrigatório de máscara no comércio, em escolas e em igrejas”

Texto II: “Bolsonaro sanciona lei que torna obrigatório o uso de máscara”

Texto III: “Lei que obriga o uso de máscaras em todo o País é sancionada com 17 vetos”

Os títulos em destaque já parecem fornecer pistas produtivas de certo modo de constituição dos sentidos. Nos dois primeiros, destaca-se o vocábulo “Bolsonaro”, variando-se a ação: “veta” e “sanciona”. Já o terceiro texto atribui à “lei” posição de destaque em estrutura na voz passiva. Não é difícil observar que o tema é trabalhado conferindo maior destaque uma variação no tipo de ação: sancionar e vetar. Nessa variação, a presença ou o apagamento da menção ao presidente também se evidenciam.

Se esse é o primeiro nível de constituição do debate, me parece bastante produtivo investir na análise do material de modo que seja possível explorar as alianças que se configura e os jogos de força que ganham expressam ou se silenciam nesses textos. Uma lição deixada por esse jogo estrutural apresentado no título parece fornecer pista importante para o encaminhamento de análise: o cotejamento de um título com os demais permite compreender que a maior parte do que se diz se realiza por meio do embate que cada um dos enunciados sugere com os outros dois.

Desse modo, a entrada pelos subentendidos é trajeto de análise que se propõe produtivo desde as primeiras pistas fornecidas pelo conjunto de títulos. Ducrot propõe uma dissociação entre o locutor – ser que toma a palavra – e o enunciador – a quem se atribui a responsabilidade pela enunciação. Subentendido: “[...] diz respeito à maneira pela qual esse sentido é manifestado, o processo, ao término do qual deve-se descobrir a imagem que pretendo lhe dar de minha fala” (DUCROT, 1987, p.42). Um efeito proporcionado pela ação dos subentendidos é obtido pelo fato de, “[...] para dizer alguma coisa, faz-se o outro dizer o que se disse” (DUCROT, 1987, p. 43).

Passo agora aos fragmentos submetidos à análise. Os trechos em destaque tematizam especialmente a apresentação da lei e a discussão em torno dos vetos presidenciais. É preciso atentar para o fato de que as manchetes pareciam anunciar modos distintos de se posicionar

diante do evento: os textos que o enfocam a partir do veto sugerem a predominância de uma força reativa, já o que tratam da sanção conferem destaque a uma força ativa. Como se poderá ver, nas análises, outros elementos são postos em jogam, possibilitando ver novos contornos para o debate anunciado.

É preciso ressaltar que não serão extraídos todos os subentendidos presentes nos fragmentos em destaque, ressaltando-se especialmente aqueles que permitem confrontar os fragmentos, revelando os posicionamentos em debate.

Início as análises pelo Texto I, publicado na página eletrônica do Senado Federal:

**F1:** O presidente Jair Bolsonaro, porém, vetou a obrigatoriedade do uso da máscara de proteção individual em órgãos e entidades públicas e em estabelecimentos comerciais, industriais, templos religiosos, instituições de ensino e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas. Ao justificar os vetos, o Planalto alega, entre outras razões, que a obrigatoriedade “incorre em possível violação de domicílio”.

**Subentendidos:**

1. “em órgãos e entidades públicas e em estabelecimentos comerciais, industriais, templos religiosos, instituições de ensino e demais locais fechados” são espaços semelhantes
2. “em órgãos e entidades públicas e em estabelecimentos comerciais, industriais, templos religiosos, instituições de ensino e demais locais fechados” podem ser considerados domicílios
3. obrigar o uso de máscaras “em órgãos e entidades públicas e em estabelecimentos comerciais, industriais, templos religiosos, instituições de ensino e demais locais fechados” pode violar privacidade

No trecho, observa-se que a sequência apresentada sugere certa semelhança entre os espaços indicados, caracterizando-os como equivalentes ao “domicílio”. Tal associação atribui à obrigatoriedade do uso de máscaras um efeito negativo, sugerindo-o como uma violação a um direito fundamental. A “denúncia” é apresentada, sem que se discuta o tipo de semelhança sugerida entre espaços públicos distintos entre si.

Nesse trecho, observa-se que, por meio da marca linguística da negação, são introduzidas ações que os estabelecimentos e o poder público não são obrigados a realizar. Sem que se torne o tema a ser debatido, o fato de eximir alguns equipamentos sociais de fornecer os materiais de proteção torna-o um ônus a ser financiado tão somente pelos indivíduos.

Já no texto II, publicado na página da Agência EBC, a notícia é dada pelo enfoque da atividade realizada. O grau de apagamento da menção aos vetos é bem mais evidente:

**F2:** O presidente Jair Bolsonaro sancionou a lei que torna obrigatório o uso de máscaras de proteção individual em espaços públicos e privados, mas acessíveis ao público, durante a pandemia de covid-

19. A **Lei nº 14.019/2020** foi publicada hoje (3) no *Diário Oficial da União* e diz que as máscaras podem ser artesanais ou industriais.

**Pressupostos:**

1. há espaços privados inacessíveis ao público
2. esses espaços dispensam obrigatoriedade
3. sem obrigatoriedade o uso de máscaras de proteção individual não ocorreria

Por seu turno, no texto III, publicado na página da Câmara dos Deputados, a ênfase retorna aos vetos, quantificando-os, inclusive. No fragmento, confere-se destaque ao mesmo trecho presente nos outros textos, contribuindo com a produção de um efeito de já sabido.

**F3:** O texto publicado no Diário Oficial da União (*Lei 14.019/20*) foi sancionado pelo presidente Jair Bolsonaro com 17 vetos. Entre os trechos vetados está o que obrigava a população a manter boca e nariz cobertos por máscara de proteção individual em “estabelecimentos comerciais, indústrias, templos religiosos, estabelecimentos de ensino e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas”.

**Subentendidos:**

1. Em “estabelecimentos comerciais, indústrias, templos religiosos, estabelecimentos de ensino e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas”, não se deve obrigar a população a usar máscaras
2. “estabelecimentos comerciais, indústrias, templos religiosos, estabelecimentos de ensino e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas” não devem obedecer às regras relativas ao espaço público

Uma análise transversal aos três textos pode demonstrar a produção de um efeito de objetividade, possibilitado, entre outros aspectos, pelos destaques conferidos aos mesmos trechos do texto de justificativa do veto, ainda que recebam enfoques diversos construídos no texto. Desse modo, o veto se torna o fato mais relevante a ser discutido, secundarizando-se o debate a respeito dos usos do corpo e da saúde que a iniciativa legislativa enseja.

Outra temática é abordada nos textos, conforme se poderá ver a seguir. Em F4, o enunciador-jornalista do Texto I se refere ao texto “sancionado”, inferindo-se que ele já é o resultado posterior aos vetos. Aquilo que o texto “não” obriga designa, na verdade, os dispositivos retirados do texto aprovado pelo Legislativo, por meio do veto presidencial:

**F4:** Pelo texto sancionado, os estabelecimentos também não serão obrigados a fornecer máscaras gratuitamente aos funcionários, e o poder público não será obrigado a fornecer o material à população vulnerável economicamente, conforme previsto pelo projeto que deu origem à lei (*PL 1.562/2020*), aprovado pelo Congresso em junho. A Presidência também excluiu da proposta dispositivo que agravava a punição para infratores reincidentes ou que deixassem de usar máscara em ambientes fechados.

**Subentendidos:**

1. estabelecimentos deveriam ser obrigados a fornecer máscaras gratuitamente

2. poder público deveria fornecer o material à população vulnerável economicamente
3. Projeto que deu origem à lei previa condições melhores

Procedimento semelhante se observa no fragmento abaixo, extraído do Texto II:

**F5:** A obrigação, entretanto, não se aplica a órgãos e entidades públicos. Esse e outros dispositivos foram vetados pelo presidente, que justificou que a medida criaria obrigação ao Poder Executivo e despesa obrigatória sem a indicação da fonte dos recursos.

**Subentendidos:**

1. criar obrigação ao Poder Executivo justifica vetos do presidente
2. critérios econômico devem prevalecer

A análise dos subentendidos no fragmento anterior permite observar a emergência de um ponto de vista cujos desdobramentos permanecem muito pouco explorados no debate que se configura. Trata-se da prevalência de critérios econômicos. Desfaz-se do horizonte de debate em torno da prevenção ao contágio pelo vírus em favor de discussão a respeito de obrigações dos poderes, dos estabelecimentos e da prevalência dos critérios econômicos.

Em F6, observa-se um modo bastante curioso de apresentar que a aplicação de multa a “população economicamente vulnerável” passa a valer: “Também foi vetada a proibição da aplicação da multa pelo não uso da máscara à população economicamente vulnerável”. Observe-se o fragmento a seguir:

**F6:** Também foi vetada a proibição da aplicação da multa pelo não uso da máscara à população economicamente vulnerável. Para a Presidência, ao prever tal exceção, mesmo sendo compreensível as razões, “o dispositivo criava uma autorização para a não utilização do equipamento de proteção, sendo que todos são capazes de contrair e transmitir o vírus, independentemente de sua condição social”.

**Subentendidos:**

1. sem multa, a população economicamente vulnerável se sentiria autorizada a não utilizar máscaras
2. a multa é a única forma de obrigar o uso de máscaras

Além do procedimento revelado acima, a presença de marcas de citação atribui a responsabilidade pelo dizer à presidência. Desse modo, a apresentação realizada pelo enunciadador-jornalista é seguinte por um trecho em citação que reforça o que fora dito anteriormente, contribuindo com um efeito de transparência do dizer. Como pude demonstrar, tal efeito é recorrente no debate que emerge de uma leitura transversal dos textos.

No texto II, há um momento em que o debate em torno das atividades de “sanção” e “veto” é amenizado:



**F7:** Um dos trechos vetados diz respeito ao uso obrigatório de máscara em “estabelecimentos comerciais e industriais, templos religiosos, estabelecimentos de ensino e demais locais fechados em que haja reunião de pessoas”. Em mensagem ao Congresso, a Presidência explicou que a expressão “demais locais fechados” é uma “possível violação de domicílio por abarcar conceito abrangente de locais não abertos ao público”. Como não há possibilidade de vetar palavras ou trechos, o presidente vetou o dispositivo todo.

**Subentendido:** Presidente gostaria de ter vetado apenas palavras ou trechos

Tal procedimento parece sintetizar muito do que se apresentou ao longo do debate. A polarização visível em torno da discussão acerca da “sanção” e do “veto” não se sustenta nas análises dos enunciados subentendidos extraídos. Tais enunciados colocam em cena pontos de vista compatíveis, contribuindo com a produção de um efeito de transparência do dizer. No debate, a emergência dos segmentos mais vulneráveis economicamente é configurada em contexto de intensificação de sua condição, já que muitas poderão ser cobradas pelo não uso de proteção individual. Simultaneamente ao fato de se fazer considerar que apenas a aplicação da multa é dispositivo efetivo na garantia de cumprimento da obrigatoriedade, é retirada a obrigação do poder público e dos estabelecimentos em fornecer os materiais de proteção. Apaga-se do texto qualquer dimensão de debate sobre a saúde, da prevenção ao contágio, do direito individual à vida, à dignidade e prevalecem as formas de controle da circulação dos corpos, de punição economicamente marcada, de desresponsabilização do poder público com o bem estar coletivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste texto, interroguei o lugar a partir do qual se torna possível que também os profissionais da linguagem possam contribuir com o debate em torno da pandemia do COVID-19. Não há dúvida acerca da importância da atuação dos profissionais de saúde, no difícil tratamento diário das pessoas contaminadas. Os relatos midiáticos apontam circunstâncias dramáticas de realização da atividade desses profissionais.

Com efeito, é preciso ter prudência na construção de perspectivas a respeito de um fenômeno tão contundente e, ao mesmo tempo, com impasses que apontam para a dimensão dos paradoxos. A própria estratégia de isolamento, como única medida de prevenção eficaz até que seja efetivamente produzida uma vacina, não deixa de explicitar tensões que passam pelo

fato de os segmentos mais vulneráveis não disporem de condições de moradias adequadas, de contrato de trabalho que permita seu exercício, entre outros aspectos, que demandam reflexão e ação concreta. A reflexão filosófica em torno das noções de biopolítica foucaultiana e de necropolítica de Achille Mbembe como modos de governar contemporâneos possibilitaram tensionar esse regime que se institui ampliando as margens de precarização da vida.

Chama a atenção o apagamento do agente do uso de máscaras de proteção individual. Os contornos conferidos ao debate institucionalizado configuram maior destaque aos atores institucionais e aos espaços institucionais. A ordem das expressões é alterada de um para outro texto, colocando em evidência ora a sanção, ora os vetos. No entanto, algo é comum aos textos, o modo como constituem o apagamento de uma tensão: a obrigatoriedade de um certo uso do corpo. Nesse evento, encontram-se o corpo-espécie, uma vez que é essa a instância ameaçada pelo contágio, e o corpo-máquina, já que a estratégia de isolamento, o uso das máscaras, as alterações de uma espécie de cultura do comportamento falam de um exercício de si.

Os efeitos de secundarização das estratégias de prevenção, da luta pela vida, dos modos de produção do corpo propiciados por diversas marcas linguísticas parecem colocar em cena um diagrama de forças que se deseja inescapável: não é apenas se dizendo explicitamente “a economia não pode parar” que se estabelece aliança com esse ponto de vista recentemente manifestado no debate público em torno da estratégia de isolamento social. Essas alianças se montam, por exemplo, quando se deseja fazer crer que a aplicação de punição econômica é imprescindível para que os indivíduos se sintam obrigados a usar os equipamentos de proteção.

Prefiro concluir este texto recuperando um fragmento da conferência intitulada O corpo utópico, em que Foucault ressalta a potência do corpo na produção de modos de vida:

O corpo é o ponto zero do mundo, lá onde os caminhos e os espaços se cruzam, o corpo está em parte alguma: ele está no coração do mundo, este pequeno fulcro utópico, a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino. (FOUCAULT, 2013, p. 14)

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**: sobre o método. Trad. de Andrea Santurbano, Patricia Peterle. São Paulo: Boitempo, 2019.

- COURTINE, Jean-Jacques. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault**. Trad. de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2013.
- DEUSDARÁ, B. Enunciação e produção de subjetividade: contribuições de É. Benveniste e M. Bakhtin. **Estudos da Língua(gem)** (online), v. 11, p. 211-229, 2013.
- DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Rev. técnica da trad. de Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Trad. de Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 ed., 2013.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes. 2005.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 ed., 2018.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes; Ed. da Unicamp, 1997.
- PASSOS, E. A relação entre cognição e artifício no contemporâneo: os limites do humano. *In*: KASTRUP, V.; TEDESCO, S.; PASSOS, E. **Políticas da cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 212-226.
- ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. Dispositivos da análise institucional para a explicitação da dimensão política das práticas discursivas. **MOARA**, n. 47, p. 108-127, nov. 2017.
- ROCHA, Décio. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 619-632, set./dez. 2014.
- VILLAÇA, N. **A edição do corpo: tecnociência, artes e moda**. 2. ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.
- VOLKART, Ana Caroline Czerner; BUTTURI JUNIOR, Atilio. Gênero, raça e invenção de si numa página do Instagram. **Revista do GEL**, v. 17, n. 1, p. 329-352, 2020. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/2587>. Acesso em: 20 set. 2020.